



## editorial

por João Almeida\*

### Mil palavras...

Costuma dizer-se que é quanto, por vezes, vale uma imagem.

Não estando certo se se aplica o dito ao caso concreto da imagem da APAI, não poderia, contudo, deixar de salientar este passo importante que foi o de, ao fim de tantos anos, se ter chegado a uma Imagem Corporativa da Associação, que vos é agora apresentada.

O processo de selecção da *designer* e, posteriormente, da própria imagem, foi longo, complexo e muito empenhado, por parte de toda a Direcção. É pois com naturais expectativas que a submetemos agora à vossa apreciação, a reboque do prometido novo aspecto do BI, trabalhado em harmonia com a referida imagem. Seguir-se-ão, a muito breve prazo, as correspondentes alterações na página Web, no estacionário e nas restantes formas da APAI se apresentar junto dos seus membros e demais sociedade e com todos comunicar. A partir de hoje muda pois a “cara” da Associação, passando esta a ter um logótipo que a distingue e identifica. Esperamos que de forma imediata e “agradável”.

Procurámos todos – e não quero deixar de lavar aqui uma nota de agradecimento especial à Helena Freitas (*designer* responsável) pela simpatia, empenho e entusiasmo posto neste processo – que a nova imagem da APAI, apesar de baseada no acrónimo que nos é tão familiar, transmitisse de forma apelativa aquilo que somos e o que nos une, como profissionais de Avaliação de Impactes. Penso ser sintomático que, quando a imagem nos foi apresentada, todos nela vimos algo com que nos identificámos – um globo, uma figura humana (os sociólogos), uma ave pousada (os biólogos) – enfim, vimos a “nossa” Associação!

Naturalmente que me interessa saber as reacções que esta imagem despoleta junto de quem mais interessa – os membros. Assim, convido todos a enviarem comentários para o e-mail abaixo.

Na mesma lógica de participação, não posso deixar de destacar a iniciativa recentemente lançada, como desafio aos membros, de se associarem à APAI de forma mais activa na concepção e promoção de acções de formação na área da vossa especialidade. Queremos que esta iniciativa permita um envolvimento mais alargado na vida da Associação, potenciando a troca de experiências e o enriquecimento mútuo em saber e competência, ajudando a todos tornarmo-nos melhores e mais competentes profissionais de Avaliação de Impactes. Convido-vos pois, de novo, a participar!

Com cada vez mais de nós – sempre mais próximo do “todos” – envolvidos e activos será, inequivocamente, maior e melhor a APAI!

\* [presidente@apai.org.pt](mailto:presidente@apai.org.pt)

Membro Profissional n.º 128 e Presidente da Direcção

A APAI é filiada na



International Association for Impact Assessment

International Headquarters:  
1330 23rd Street South, Suite C,  
Fargo, ND 58103 USA  
[info@iaia.org](mailto:info@iaia.org) | [www.iaia.org](http://www.iaia.org)



### Neste número

**notícias APAI ● p. 2 e 3**  
Assembleia geral da APAI  
*por Ana Cerdeira*

Prémio “Melhor RNT 2009”  
*por Sílvia Ramos*

APAI organiza  
Acção de Formação  
sobre Avaliação de Impactes  
na Biodiversidade  
*por Henrique Cabral*

**lá fora ● p. 4**  
Rede de Língua Portuguesa  
de Avaliação de Impactos  
*por Ana Roque*

**opinião ● p. 5**  
Os primeiros a chegar  
*por Miguel Coutinho*

**visto de longe ● p. 6**  
A curiosidade científica –  
ou por detrás do óbvio  
*por Anastássios Perdicoúlis*

**questões do «Impactês» ● p. 7**  
*crónica de Júlio de Jesus*

\* Os artigos assinados no presente Boletim são da responsabilidade de cada autor e não constituem a posição oficial da APAI sobre a matéria abordada.

**próxima edição:**  
**n.º 17, Outubro de 2009**

#### Direcção (biénio 09/10)

**João Almeida**, Presidente  
**Nuno Matos**, Vice-Presidente  
**Maria Helena Alves**, Vice-Presidente  
**Isabel Castel’Branco**, Vogal  
**Anastássios Perdicoúlis**, Vogal

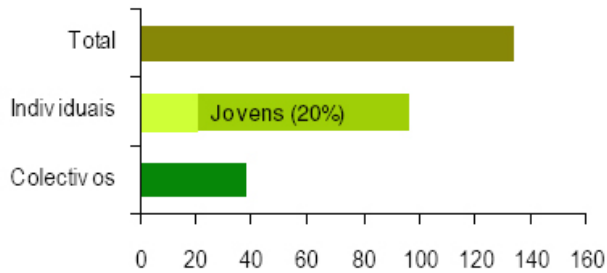
**Equipa Editorial (09/10)**  
**Ana Cerdeira**, Conteúdo  
**Anastássios Perdicoúlis**, Produção

**Técnica de Comunicação**  
Sílvia Ramos

## notícias APAI

### Membros APAI

A 28 de Julho de 2009, a APAI contava com 134 membros, dos quais 96 individuais e 38 colectivos. Dos membros individuais, 19 são jovens e 66 gozam do estatuto de «Membro Profissional», tendo assinado o Código de Conduta e integrando a «Lista dos Membros Profissionais da APAI» publicada no site da APAI.



### Novos Membros (19.Fev.09-28.Jul.09)

A APAI dá as boas vindas aos novos membros:

[184] Rui Castelão • [185] Ana Teresa Chinita • [186] Joana Duarte • [187] André Espargosa • [187] Diogo Real • [C-49] DHV, S.A.

### Participe no Boletim APAI

Tendo em conta que a próxima edição sairá em Outubro, faça-nos chegar os seus contributos até ao dia 15 de Setembro para <boletim@apai.org.pt>. Proponha artigos, notícias, envie-nos informação sobre eventos e publicações.

### Assembleia Geral da APAI

por Ana Cerdeira\*

A Assembleia Geral da APAI decorreu no passado dia 26 de Março, na sede da APAI.

Entre diversos pontos debatidos, foi ouvido o Parecer, favorável, do Conselho Fiscal relativo ao Relatório e Contas de 2008, tendo este documento sido aprovado por unanimidade. A Acta da reunião da Assembleia Geral, a versão final do Relatório de Actividade e Contas relativo ao exercício de 2008 e o Parecer do Conselho Fiscal ao referido Relatório encontram-se disponíveis no site da APAI.

\* [ana.cerdeira@metrolisboa.pt](mailto:ana.cerdeira@metrolisboa.pt)

Membro Profissional n.º 80 da APAI



## Prémio melhor RNT 2009

a atribuir ao melhor **Resumo Não Técnico (RNT) de Estudo de Impacte Ambiental** com Declaração de Conformidade emitida em 2008.

### Prémio «Melhor RNT 2009»

por Sílvia Ramos\*

Terminou no passado dia 31 de Maio a fase de recepção de candidaturas à terceira edição do prémio atribuído anualmente pela APAI ao «Melhor Resumo Não Técnico (RNT) de Estudo de Impacte Ambiental (EIA) - Prémio «Melhor RNT» 2009.

O prémio será disputado por 8 empresas proponentes e 8 empresas consultoras, responsáveis pela elaboração dos RNT dos respectivos estudos de impacte ambiental, das quais 4 são membros colectivos da APAI.

O Júri será composto por Conceição Calado, representante da CCDR Algarve, José Manuel Caetano, Presidente da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, e Helena Alves, representante da Direcção da APAI, que irá presidir o Júri.

O vencedor do Concurso será premiado com duas inscrições na 4.ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes (CNAI'2010), uma para o responsável pelo EIA e outra para o proponente do projecto.

Todas as informações sobre o Prémio e o Concurso estão disponíveis no site da APAI, no link: <http://www.apai.org.pt/index.php?idmenu=160> ●

\* [apai@apai.org.pt](mailto:apai@apai.org.pt)

Técnica de Comunicação da APAI

## notícias APAI

### APAI organiza Acção de Formação sobre Avaliação de Impactes na Biodiversidade por Henrique Cabral\*



Decorreu no passado dia 1 de Junho, no Hotel Tivoli Oriente, em Lisboa, a Acção de Formação sobre Avaliação de Impactes na Biodiversidade, organizada pela APAI, que contou com 19 participantes de 11 entidades distintas. Esta iniciativa procurou abordar algumas das práticas metodológicas relativas à avaliação de impactes deste importante factor ambiental, que é parte integrante da generalidade dos Estudos de Impacto Ambiental. Vários documentos recentes têm alertado para práticas pouco sólidas na avaliação deste factor. Em particular, a IAIA produziu um documento orientador contendo indicações da forma como deverá decorrer uma avaliação de impactes na biodiversidade, a qual foi discutida na Acção de Formação.

O conteúdo desta Acção de Formação incluiu alguns conceitos relativos à biodiversidade, o contexto nacional e internacional da avaliação de impactes na biodiversidade, a avaliação de impactes na biodiversidade em ecossistemas marinhos, agrícolas e florestais, e a avaliação de impactes de infra-estruturas lineares. Na parte final da acção foi apre-



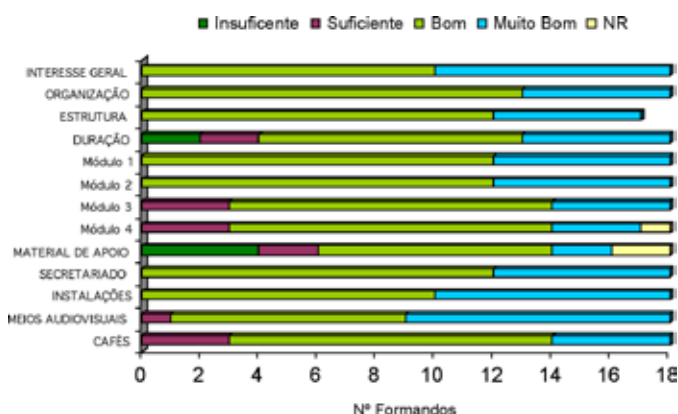
sentado o caso de estudo do projecto SONAE em Tróia e o Atlas Online de Distribuição da Flora e Fauna em Portugal e discutido o seu potencial para a Avaliação de Impactes Ambientais. Os formadores envolvidos na acção foram: Henrique Cabral (FCUL), José Lino Costa (FCUL), Francisco Moreira (ISA, UTL), António Mira (UE), Francisco Andrade (FCUL) e Hugo Costa (Bio3).

Foi evidenciada nesta acção a necessidade de alteração de algumas práticas metodológicas na avaliação de impactes na biodiversidade, procurando abordagens mais integradoras e tendo em consideração as múltiplas vertentes da biodiversidade. ●

\* [hcabral@fc.ul.pt](mailto:hcabral@fc.ul.pt)

Membro Profissional n.º 61

### Avaliação da Acção de Formação pelos participantes



## lá fora

por Ana Roque

[ana.roque@redeimpactos.org](mailto:ana.roque@redeimpactos.org)

Secretária Técnica da REDE



## Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos

A Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos (REDE), enquanto projecto da APAI, reconhecido e apoiado pela IAIA, tem por finalidade contribuir para o avanço da inovação e da comunicação da melhor prática em todas as formas de Avaliação de Impactos (AI) no espaço da língua portuguesa e para a promoção do português como língua internacional de trabalho em AI.

De modo a dar seguimento a este propósito, a REDE promoveu a tradução dos documentos da IAIA de referência internacional para a comunidade de profissionais e instituições sobre conceitos e boas práticas nos vários domínios da AI para a língua portuguesa. As versões traduzidas podem ser ace-

tidas no site da REDE em <http://www.redeimpactos.org> e no site da IAIA <http://www.iaia.org>, no qual constam também as versões oficiais dessas publicações especiais em língua inglesa.

Os primeiros documentos a estarem disponíveis online são as Directrizes para Profissionais Coordenadores de Avaliação de Impactos, Princípios da Melhor Prática em Avaliação do Impacto Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica - Critérios de Desempenho, bem como as publicações sobre Avaliação de Impactos Sociais - Princípios Internacionais, Biodiversidade na Avaliação de Impactos, Participação Pública - Princípios Internacionais da Melhor Prática, Avaliação de Impactos na Saú-

de - Princípios Internacionais da Melhor Prática e Seguimento da AIA - Princípios Internacionais da Melhor Prática.

Comentários e sugestões sobre estes documentos e/ou sobre as traduções para língua portuguesa podem ser feitas a qualquer momento para [ana.roque@redeimpactos.org](mailto:ana.roque@redeimpactos.org).

A REDE também assegura, desde Janeiro de 2009, a tradução da Newsletter da IAIA, de periodicidade trimestral, para a língua portuguesa, de igual modo disponível nos sites da IAIA e da REDE. As traduções já foram realizadas adoptando o Acordo Ortográfico de 1990, bem como a grafia "impactos", utilizada no Brasil e nalguns países africanos. ●

## eventos

### 1.º Congresso Lusófono de Ambiente e Energia

Fórum de encontro e discussão em torno de temas relacionados com as questões do ambiente e energia dos diferentes países lusófonos | 20 a 22 de Setembro de 2009, no Palácio de Congressos do Estoril | Mais informações em: <http://lusambe.dcea.fct.unl.pt> ●

### V Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa

O Congresso ocorrerá de 30 a 2 de Outubro de 2009, na Universidade do Vale do Itajaí, cidade de Itajaí, Santa Catarina, Brasil | Mais informações em: <http://www.coastgis.com.br/czcpp> ●

### IAIA10\_ 30ª Conferência Anual da IAIA dedicada ao tema "The Role of Impact Assessment in Transitioning to the Green Economy"

A Conferência irá decorrer entre 6 e 11 de Abril de 2010 em Genebra, Suíça. O prazo para a submissão de comunicações/posters termina já no próximo dia 31 de Agosto de 2009. Mais informações em: [www.iaia.org/iaia10/default.aspx](http://www.iaia.org/iaia10/default.aspx) ●

## publicações

### IMPACT ASSESSMENT AND PROJECT APPRAISAL

IAIA Journal – Volume 27 (n.º 2), June 2009

#### Main articles:

**Introduction: The effectiveness of impact assessment instruments**, Authors: Cashmore, Matthew; Blond, Alan; Sadler, Barry | **Effectiveness in social impact assessment: Aboriginal peoples and resource development in Australia**, Author: O'Faircheallaigh, Ciaran | **SEA and planning: "ownership" of strategic environmental assessment by the planners is the key to its effectiveness**, Authors: Stoeglehner, Gernot; Brown, A.L.; Kornov, Lone B. | **Rationality and effectiveness: does EIA/SEA treat them as synonyms?** Author: Elling, Bo | **Effec-**

**tiveness of strategic environmental assessment – the significance of learning**, Authors: Jha-Thakur, Urmila; Gazzola, Paola; Peel, Deborah; Fischer, Thomas B.; Kidd, Sue | **Evaluating strategic environmental assessment in The Netherlands: content, process and procedure as indissoluble criteria for effectiveness**, Authors: Buuren, Arwin van; Nootboom, Sibout | **Sustainability-focused impact assessment: English experiences**, Authors: Therivel, Riki; Christian, Gemma; Craig, Claire; Grinham, Russell; Mackins, David; Smith, James; Sneller, Terry; Turner, Richard; Walker, Dee; Yamane, Motoko.

## opinião



por Miguel Coutinho  
[miguel.coutinho@ua.pt](mailto:miguel.coutinho@ua.pt)  
 Membro Profissional n.º 106 da APAI

### Os primeiros a chegar

Tínhamos acabado de chegar ao Gana. Estávamos em Accra para participar na 29.ª Conferência Anual da IAIA cujo lema foi “Avaliação de Impactes e Bem-Estar Humano”. Saímos do aeroporto e apanhámos o primeiro táxi que nos puseram à frente. Depois de darmos o nome do hotel para onde nos dirigíamos, a pergunta do taxista foi: “De onde é que vocês são?”. “Portugal” respondi. O taxista não percebeu e voltou a perguntar. “Ah... Portugal! Vocês foram os primeiros a chegar cá!”. Desta vez quem não percebeu fui eu... “O quê é que quer dizer com isso?”. “Sim, primeiro chegaram os portugueses, depois os holandeses e a seguir os ingleses”. De repente, a história dos últimos 500 anos estava ali à minha frente, no meu primeiro contacto com a noite escura de uma cidade africana.

Tive a oportunidade de visitar o principal marco da presença portuguesa no Gana. O forte de S. Jorge da Mina fica localizado a cerca de 160 km de Accra, na pequena vila de Elmina. Este belíssimo e imponente forte foi construído pelos portugueses em 1482, tendo sido ocupado pelos holandeses 155 anos depois e, finalmente, pelos ingleses em meados do séc. XIX. O taxista tinha toda a razão!...

O principal objectivo da construção deste forte por Diogo de Azambuja foi o controle do comércio do ouro. A presença dos portugueses perturbou de forma definitiva as rotas comerciais de ouro, dominadas pelos comerciantes saharianos, deslocando para a costa o tráfego que antes se fazia para Norte em longas caravanas de camelos. A ocupação holandesa trouxe outra utilidade ao forte de S. Jorge da Mina: o tráfego de escravos. Gradualmen-

te, a Costa do Ouro transformou-se na Costa dos Escravos, estendendo-se até à Nigéria. Fortes com bandeiras diversas (sueca, inglesa, dinamarquesa, francesa) foram construídos ao longo da costa, constituindo hoje em dia um importante, interessante e impressionante património cultural e histórico do Gana e da humanidade.

É difícil compreender como, alguma vez, a escravatura foi prática aceitável para tantas civilizações e para tantas pessoas.



**Forte de S. Jorge da Mina, vila de Elmina, Gana**



Durante muitos séculos e em contextos geocivilizacionais diferenciados, a escravatura era uma das poucas formas de obter energia externa, de multiplicar de forma descartável os braços disponíveis para cultivar e produzir. Este aparente excedente de energia libertava outros corpos do trabalho braçal, dando espaço de criação mental, para estratégias militares, filósofos e artífices pensarem e mudarem o futuro. Foi assim que, a partir do séc. XVI, a vontade de adaptar a natureza das Américas ao modelo civilizacional europeu levou à travessia forçada do Atlântico de 12 milhões de pessoas. Foi a energia desses braços que permitiu desflorestar, arar, semear, plantar dois continentes inteiros. Curiosamente, as alterações culturais, éticas e morais, que aboliram a escravatura 400 anos depois, surgem quando novas formas de energia, muito mais potentes e eficientes, aparecem no mercado das decisões.

Enclausurado por breves minutos naquelas masmorras negras, quentes e húmidas, compreendi que o modo como se produz e aprovisiona a energia excedente foi e será sempre a decisão de maior impacto de qualquer civilização. ●

## visto de longe



por Anastássios Perdicoúlis  
[tasso@utad.pt](mailto:tasso@utad.pt)  
 Membro n.º 70 da APAI

### A curiosidade científica – ou por detrás do óbvio

Pessoas curiosas sempre querem saber daquilo que está por detrás do óbvio: Como aconteceu ou apareceu? Como funciona? Muitos cientistas e engenheiros recebem estímulos e orientação deste género na sua formação e/ou vida profissional e, assim, pensam e trabalham por detrás daquilo que é aparente ou óbvio à maioria. De facto, treinam-se a pensar e a trabalhar com aquilo que a maioria não vê – conceitos como dinâmica social, objectos demasiado pequenos ou grandes para o alcance da nossa vista, como micro-organismos ou mesmo o planeta Terra.

Há muitas maneiras de ser curioso – cientificamente curioso, isto é – na avaliação de impactes. Mais do que isso: a curiosidade está inerente na avaliação de impactes. Vamos considerar dois exemplos: primeiro, mais no contexto de AIA, onde perguntamos e procuramos “quais são os mecanismos pensados para gerar os efeitos (ou impactes, ou consequências) desta proposta de desenvolvimento?”; segundo, mais no contexto de AAE, onde perguntamos e procuramos “como surge esta proposta de desenvolvimento?”.

Como se pode ver por detrás do óbvio? Na AIA prevemos e expressamos os efeitos prováveis de acontecer por causa do projecto proposto. Esta ligação entre o projecto e os efeitos (ou alterações não planeadas) é uma premissa da avaliação de impactes: um pressuposto fundamental da sua lógica. A ligação de causa-efeito estende-se na relação entre os efeitos de primeira e segunda ordem (cau-

sados pelos da primeira), entre os de segunda e terceira ordem, e por ali fora. E depois temos as interacções entre impactes, que produzem outros novos impactes. Embora os impactes possam ser perceptíveis com a vista ou outros sentidos, as interacções que levam os impactes a manifestar-se são bem abstractas e, no entanto, procuramo-las.

Na AIA somos curiosos para saber tudo isso. Se não tivéssemos esta curiosidade e subsequente explicação nos EIA seria grave? O que aconteceria? Teríamos uma descrição de impactes na mesma, o que seria suficiente para avaliá-los e decidir sobre o projecto associado. Até agora não parece que algo está a faltar. Mas quando pensamos em mitigação, por exemplo, procurando atacar o mal na sua raiz, não saberíamos qual é a raiz (ou causa) dos impactes previstos. Lá falta claramente a informação das relações causais. Esta informação até poderia faltar, também, a quem não fique convencido como é que são previstos os impactes – isto é, a quem é mais exigente na explicação.

AAAE podia também ficar interessada, de forma igual como a AIA, pelas relações entre os planos e os seus efeitos, entre os efeitos de várias ordens, etc.. Embora, de modo geral, isto esteja mais que desejável, a incerteza inerente nos planos e programas – sendo mais gerais que os projectos – talvez não justifique um exame pormenorizado dos impactes em AAE na forma que cabe em AIA. Por outro lado, a

extensão do leque de informação que existe em AAE cria outros pontos de interesse e desperta outros aspectos de curiosidade – por exemplo, examinar as propostas de desenvolvimento no seu contexto.

Seria interessante se pudéssemos saber a origem da concepção da acção proposta num plano ou programa. Será que nasceu nas mentes de políticos? Será que foi concebida pelos técnicos de planeamento ou de AAE? Será que tem correspondência com os objectivos previamente concordados e definidos? Será que esta acção tem coerência interna e compatibilidade com as acções que estão propostas ou existem no mesmo tempo e espaço? Mais uma vez, ficamos a procurar aquilo que não se pode ver fisicamente, mas, no entanto, existe e é muito importante, porque fica “por detrás” e mexe com o óbvio ou com aquilo que damos conta.

Considerando os dois exemplos anteriores, ser curioso e olhar por detrás do óbvio na avaliação de impactes faz parte do trabalho e treina-se. Em primeiro lugar, respeitamos a premissa de AIA relativamente à causa-efeito. Depois, ficamos críticos no processo de planeamento, mantendo atenção na origem e na qualidade das propostas. De um modo geral, ficamos sempre a aprender mais do que o óbvio nos transmite. Procurar e descobrir informação escondida dá um prazer e satisfação que só a curiosidade – científica, claro – pode proporcionar. Para além de ser útil, é divertimento a sério! ●

## questões do “impactês”



### crónica de Júlio de Jesus

julio.jesus@ecossistema-lda.pt

Membro Profissional n.º 1 da APAI

## Acompanhamento Ambiental de Obras ou Gestão Ambiental de Obras?

A expressão “Acompanhamento Ambiental de Obras” (AAO) desde há vários anos que vem sendo utilizada em Portugal para designar as actividades de gestão ambiental de obras. Uma das primeiras referências a AAO tem já dez anos (Rodrigues, V.J., Jesus, A.P. e Briz, L. 1999, Gestão e acompanhamento ambiental de obras: o caso da obra na Margem Sul do Projecto de Travessia Ferroviária Norte-Sul. Actas da 6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Vol. 1: 461-472).

“Acompanhamento Ambiental” não é, em minha opinião, a expressão mais feliz para designar as actividades de gestão ambiental da obra. Senão, vejamos: “acompanhamento” significa sobretudo uma acção externa, independente, de observação. É com esse sentido que existem “Comissões de Acompanhamento” no nosso sistema de planeamento (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção actual), nos parlamentos nacional e regio-

nais, no âmbito de planos operacionais (frequentemente constituídas por “personalidades de reconhecido mérito”) e como representação da sociedade civil em processos particularmente polémicos (por exemplo, a incineração de resíduos industriais ou a recente comissão para a 2.ª fase do Metro do Porto). Têm também sido criadas comissões de acompanhamento para o seguimento de alguns procedimentos de AIA: caso do empreendimento do Alqueva, con-

substanciada na Comissão de Acompanhamento das Infra-estruturas do Alqueva (CAIA), criada por despacho conjunto (DR, II Série, 1997-03-06). Outros exemplos existem, mas estes são suficientes para transmitir a ideia de que “acompanhar” implica uma postura exterior de observação, apreciação, verificação, recomendação...

Ora, a gestão ambiental de obra deve ser uma actividade assumida pelos vários intervenientes: dono de obra, empreiteiros (e subempreiteiros), fiscalização. A responsabilidade pela gestão ambiental tem de ser assumida

estudadas/acompanhadas por entidades externas. A meu ver, hoje em dia, a gestão ambiental das obras tem de ser assumida como uma responsabilidade dos donos de obra, dos empreiteiros e das fiscalizações. Isto, naturalmente, sem prejuízo, da realização de auditorias externas que comprovem o cumprimento dos procedimentos de gestão ambiental (incluindo, quando for o caso, das medidas constantes da Declaração de Impacte Ambiental).

Aliás, uma rápida pesquisa na Internet leva-nos a constatar que no Reino Unido se fala de “Construction Environmental Management Plan”, embora em França se fale de “Accompagnement des Chantiers Verts”...

A minha sugestão é que deveríamos seguir o exemplo britânico e não o francês e adoptar a expressão “Gestão Ambiental de Obras”, acabando com a referência ao “acompanhamento”.

Uma nota final para outra actividade frequente

nas obras que foram sujeitas a AIA: o “Acompanhamento arqueológico da obra”. Neste caso, não me choca a terminologia porque se trata efectivamente de uma actividade externa de observação do desenvolvimento de algumas actividades de obra, estando os respectivos técnicos obrigados ao cumprimento de procedimentos regulamentares e sujeitos à tutela do IGESPAR (ou Direcções Regionais de Cultura, no caso das Regiões Autónomas). ●



no mesmo plano em que é assumida a gestão da segurança e saúde. Todos concordarão que soaria estranho ouvirmos falar de “Acompanhamento de Segurança e Saúde”, mas já aceitamos que se fale de “Acompanhamento Ambiental”.

Esta nomenclatura tem provavelmente origem numa fase embrionária da gestão ambiental de obras, na qual as “medidas ambientais” eram definidas/